

REPRESENTAÇÕES DO MIGRANTE: O CEARENSE E A QUESTÃO DO NOMADISMO NO SÉCULO XIX*

Viviane Lima de Morais**

Pensar a migração interna no Brasil em fins do século XIX não pode ser apenas observar as configurações de um dado deslocamento populacional. Devemos nos pautar na análise da dialética da expulsão e constituição de uma população partícipe de um processo de reconfiguração dessa sociedade. Isto no momento em que surgem importantes modificações técnicas, sociais e culturais, ordenando núcleos urbanos com fazeres e viveres próprios, articulados à intenção de organizar e disciplinar um pretendido trabalhador nacional.

Trabalhar no campo da história social da emigração requer que os emigrantes sejam localizados em um “equilíbrio particular de relações sociais”¹ que, ao perceber o universo desses migrantes, permita definir as contradições sociais e culturais que o compõem de forma a possibilitar uma melhor visualização das implicações políticas e dos interesses de poder que os envolvem.

Mas, além do estudo dessas questões, é fundamental compreender o universo socio-cultural dos migrantes e as diversas representações que foram cunhadas para defini-los em sua época. No caso dos migrantes provenientes das secas no Ceará oitocentista, foi imprescindível analisar as estratégias ante as medidas de controle e direcionamento dos seus destinos. Por essa razão, buscamos entender os espaços onde esses retirantes estiveram presentes, que mudanças e conflitos eles geraram, sem pretender dar-lhes uma sobre-importância política, que nem sempre almejavam. Mas compreender como se processaram as pequenas e pontuais mudanças dentro desse universo de relações estabelecidas em Fortaleza, sede administrativa do Ceará.

Percebemos que as representações cunhadas no século XIX sobre o trabalhador cearense livre — considerado indolente e nômade — foram incorporadas pelo imaginário nacional e estão registradas em obras do século XIX e XX. Por essa razão, além de compre-

ender esses agentes sociais dentro do seu tempo, quando essas representações foram cunhadas, sentimos a necessidade de entender como eles foram registrados por intelectuais do século posterior.

Cearensismo

Em textos de teor histórico, literário ou jornalístico do século XIX surpreendemos autores que continuamente classificaram o cearense como um nômade, devido aos seus deslocamentos. Boa parte deles fizeram menção aos processos migratórios ocorridos após “a grande seca de 1877”, quando teve início uma maior preocupação em registrar o número dos que se deslocaram para fora da província cearense. Essa classificação também pode ser percebida em textos sociológicos, antropológicos e historiográficos, quando se referem às populações migrantes internas do país, em especial aos “nordestinos”.

A imagem cristalizada, principalmente no imaginário do Sul e Sudeste do país, na atualidade, do “nordestino” como um nômade e, principalmente, do cearense como afeito a migrações constantes não é muito recente, aliás, não é possível sequer estabelecer uma data precisa para o seu surgimento, mas compreender essa terminologia classificatória constitui um desafio instigante. Parece que a ânsia por questionar classificações ou comportamentos dados como “naturais” e cristalizados ao longo da história cearense foi uma questão que também suscitou o interesse de historiadores do século XIX, mas que, obviamente, foi interpretada a partir de concepções históricas diferentes.

Pesquisando as razões das diversas formas e destinos migracionais dos cearenses, esses historiadores trouxeram à discussão várias teses elucidativas. Dentre elas, duas surgiram como fundamentais para este estudo. O intuito, porém, não será fazer a genealogia do cearense ou a etimologia da classificação nômade e, sim, entender o conteúdo sociocultural que constitui a ação migratória no Ceará, dentro e fora dos períodos de seca, e paralelamente à “fome” por “mão-de-obra” que tomou conta dos grandes fazendeiros no século XIX.

Nesse primeiro momento, partimos da análise de teses forjadas na tentativa de explicar esse suposto “nomadismo”, dito intrínseco ao cearense. Acreditamos que tais teses carregam em si as premissas basilares que compuseram e compõem os imaginários depreciativos em torno do cearense.

Avaliar o grau de persuasão e a força propulsora dessas proposições, assim como o lugar de onde elas foram produzidas, e também sobre que bases elas se pautaram para suas formulações, conduziu-nos à crítica de suas fundamentações. Dessa forma, tal percurso,

necessariamente, restitui ao deslocamento dessa população sertaneja o teor cultural, moral e político usurpado pela idéia da seca como calamidade que condensou em si toda a dinâmica histórica da sociedade cearense do período. Da mesma maneira, refletindo sobre as complexas razões desses deslocamentos, esmiuçamos suas formas oficiais ou não de efetivação e, principalmente, questionamos as idéias, sem dúvida alguma criativas, mas acima de tudo reducionistas e pouco confiáveis, que projetaram sobre o cearense pobre uma dada condição de ser e existir: a condição migrante ou nômade.

Essas teses versam sobre a “pouca afeição ao trabalho”, a “morosidade”, a “inconstância nômade” ou sobre a “força”, “destreza” e “estoicismo” do cearense sertanejo. Tratamos aqui de uma tese especialmente bem formulada do ponto de vista de sua racionalidade interna, e que, entre outras, que circularam nos jornais, ofícios e obras da época, certamente foi assimilada pelos mais diferentes elementos da sociedade, tornando-se uma realidade ressignificada, acrescida de novos valores, ainda circulando vultosa por entre os labirintos da memória.

Se muitos trataram da migração cearense, poucos criaram conceitos para designar especificamente a condição migrante desses sertanejos. Devemos ao historiador do Instituto Histórico Cearense, Raimundo Girão, a criação do termo “cearensismo”, atribuído como um traço íntimo definido pela “inconstância nômade” que, naturalmente, compõe a cultura dos cearenses.² Por assim dizer, esse conceito ou terminologia determina o seu modo de ser.

As bases intelectuais desse conceito terminam por esvaziar todo o conteúdo sociocultural que constitui a ação migratória no Ceará em períodos de seca e fora dele. Também retiram do migrante a capacidade de atuar como agente histórico e minimizam a importância das migrações internas na constituição do cenário político e econômico do Brasil no século XIX.

Raimundo Girão conseguiu expressar em um só neologismo uma mentalidade diluída na sociedade brasileira que o antecede e que, de certa maneira, está impregnada em nosso imaginário contemporâneo. Amalgamar e nomear uma população com a representação imagética que se tem dela é uma grande demonstração do reducionismo analítico desse autor. No entanto, Girão não se pautou simplesmente na síntese de uma imagem já acabada, ele pintou o quadro, homogeneizando todo um universo de relações sociais díspares e extremamente complexas travadas no sertão cearense. O autor personificou a palavra nomadismo, associando o cearense a uma dada representação simbólica do “vagabundo” de vida errante e sem moradia fixa. Dessa maneira, ele atribuiu uma mesma qualidade ao homem, ao trabalhador, ao retirante e ao emigrante. Rotulando de forma violenta suas ações, minimizou toda e qualquer tática que esses agentes sociais pudessem efetivar. A um só tempo, os

cearenses foram transformados em seres movidos pelas engrenagens do instinto e concomitantemente suas decisões, reduzidas a comportamentos inatos, caracterizados por uma atividade elementar e automática.

Consideramos que o emprego do termo “nomadismo” carrega em si toda uma gama de preconceitos atrelados à impropriedade de uma categoria homogeneizadora muito recorrente no imaginário sobre os cearenses. Aqui temos um momento oportuno para clarear as idéias. A ação migratória não deve ser imposta ao cearense, posto que este se define genericamente como sendo qualquer um natural ou pertencente ao Ceará. Vago demais para nos esclarecer qualquer coisa, o termo “cearense” é tão generalizante quanto falar em “povo”, e comporta tanto o sertanejo pobre e livre, subsistindo à base de uma agricultura de subsistência, quanto o grande proprietário de terras ou o cidadão habitante dos sobrados da capital. Dessa maneira, ao tratarmos do cearense, neste trabalho, partimos de uma nomenclatura própria, mais específica e de melhor trato metodológico. Assim, num momento ou outro, usaremos o termo cearense, mas tomando sempre como referencial os homens pobres e livres, campesinos ou sertanejos, posto que essa categoria social define bem os contornos de nossos agentes históricos. Aqueles que migraram, geralmente premidos por situações adversas agudizadas durante a deflagração das secas, mas que também fizeram uso da migração como instrumento de sobrevivência e luta por melhores condições, em tempos de normalidade climática.

Nas teses cunhadas por historiadores cearenses sobre as origens da “inconstância nômade” dos seus patrícios, à maneira de Raimundo Girão, existiu uma forte tentativa de apresentar explicações que transformassem um preconceito em qualidade; uma vergonha da própria raça miscigenada, analfabeta e marginal em um orgulho, algo de heróico; a exploração do seu semelhante em uma fatalidade do destino; o sofrimento em um castigo divino impulsionador; as secas e as políticas públicas, sempre prejudiciais ao mais fraco, em um cartão de visitas do Ceará representativo da aguerrida combatividade do cearense.

Almejando definir o “cearensismo” em seus caracteres hereditários, quase genéticos, Girão procurou traçar uma genealogia dos grupos étnicos que deram origem ao cearense:

A mistura étnica com o índio foi a maior, mais vasta, mais íntima... os cruzamentos legais do europeu com as “filhas da terra” esbarraram no preconceito da branquidade e só em torno das missões ou aldeamentos jesuíticos, onde este último se aglomerava, é que a fusão racial se processou mais larga e mais nivelada. Ainda hoje predomina o elemento caboclo naquelas áreas em que se instalaram aquelas missões... a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque, humilde e pouco, o negro não pôde subir na escadaria social, ficou embaixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense. O Ceará, na realidade, nunca foi uma negrícia.³

A enorme carga de preconceito explicitada nesse trecho do livro de Girão faz perceber em que razões se pautaram os estudos da origem do cearense: a busca incessante por um “mito fundador” que pudesse minorar a marginalidade econômica, política e cultural à qual a região estava relegada dentro do território nacional. Marginalidade que estava ligada a sua ancestralidade, aos grupos étnicos que compuseram essa miscigenação: índios e negros.

Assim, Girão tentou apagar os rastros da escravidão com a recusa em pronunciá-la e registrá-la. No trecho citado o autor investe sobre os negros, riscando-os do processo de miscigenação cearense, pois o “sangue africano” teria sido “humilde e pouco”. Humildade remetendo aqui a seus sinônimos acatador e submisso. O pouco referindo-se à tese de que a escravidão desempenhou um papel ínfimo economicamente, com os escravos africanos tendo participação reduzida na formação étnica e, por extensão, cultural do cearense.⁴

Após a “Abolição do Ceará” as palavras “negro” e “escravo” passaram a servir apenas como uma referência de situação opressiva, usada muitas vezes para denegrir ou incitar os trabalhadores pobres e livres, principalmente durante as secas. Transcrita do jornal *Retirante*, a citação seguinte é exemplo recorrente dessa representação pejorativa, que se internou à concepção de negro, associado à escravidão e à submissão indigna:

Quiséramos que nossa fraca voz calasse no animo popular, infelizmente tão predisposto já a soffrer a escravidão indigna, a marasmática anemia moral que lavra como peste mortífera, e amortece os já enfraquecidos lampejos da luz da liberdade. (...) Povo acordai desse torpor!⁵

À maneira de outros intelectuais cearenses, Raimundo Girão tentou calar as culturas africanas, silenciá-las, embora nas músicas, na cor da pele, no jeito ladino, na recusa à submissão, em todos os cantos do Ceará negro, essas culturas estivessem presentes, amalgamadas ao corpo e espírito do cearense.

Se o africano foi posto de lado por ser encarado como raça submetida e inferior, em contrapartida, Girão dedicou páginas e páginas à descrição incansável das qualidades do indígena. Este sim, caracteristicamente nômade, símbolo de força, munido de habilidades manufatureiras, e, segundo o autor, dotado da brandura em aceitar a comunidade de bens e o direito à propriedade sob aspecto coletivo. Com essas descrições buscou enaltecer o cearense, por associação com seu ancestral étnico, dado que a miscigenação indígena foi “mais vasta, mais íntima”.

Na mesma linha de raciocínio, atrelando suas explicações acerca do fenômeno da migração a razões de cunho hereditário, outro renomado intelectual, Bezerra de Menezes, também encarou o nomadismo como condição inata do cearense. Nascido em Quixeramobim, interior do Ceará, em 1841, abolicionista, jornalista, cronista, estudioso das ciências

naturais, Menezes teve importante atuação no meio intelectual e político cearense. Seu trabalho, inicialmente escrito em 1898, na forma de artigos publicados no jornal *Pátria*, de Manaus, visou estabelecer uma história do Ceará e uma genealogia do sertanejo, tratando amplamente do “nomadismo”. O texto foi publicado em forma de livro no ano de 1903.⁶ Nesse trabalho, os africanos foram excluídos do componente hereditário cearense, perspectiva também defendida por Raimundo Girão, em trabalho escrito *a posteriori*.

Novamente o indígena foi encarado como matriz hereditária das características psicossociais do cearense. Admirando-se da ferocidade dos índios tapuias, paiacus, genipapos, canindés, icós, calabças, quixelôs, cariris, jucás, quixarius e tremembés em defenderem sua liberdade perante os colonizadores, Menezes identificou como resquício da raça indígena no cearense essa ansiedade por independência, o costume de percorrer toda a capitania sem pouso certo e a sua tendência inata ao nomadismo.⁷

Para Bezerra de Menezes, foi a fusão de três raças que originou o cearense: o tzigano, o europeu e o índio, sendo o primeiro preponderante sobre os demais por suas semelhanças culturais. De acordo com fontes colhidas nos arquivos de Pernambuco, em 15 de abril de 1718, uma carta régia ordenou que os ciganos residentes em Portugal fossem expulsos para a Índia, Angola, São Tomé, Cabo Verde e Brasil, e que os que viessem para o Brasil fossem degredados para o Ceará e Maranhão, sendo proibido o seu retorno ao reino.

Segundo o autor, as constantes andanças desses ciganos pela capitania, posteriormente Província do Ceará, propiciaram a mescla com índios e europeus, mas seus traços psicossociais preponderaram como a maior herança ao mestiço do Ceará. A habilidade cigana para as diversas atividades de trabalho era fruto da “inconstância de residência” que o tornava mais “ladino”. Essa virtude, também identificada no sertanejo, que, deslocando-se desde muito cedo, desempenhava toda e qualquer tarefa posta a sua frente, teria sido legada pelos povos ciganos. Por isso o cearense acumulava uma diversificada experiência de trabalho em vários âmbitos da vida no campo.

Os ciganos do texto de Menezes reúnem todos os defeitos do trabalhador livre, abominados pelos fazendeiros do século XIX. Com essa justificativa originária, o autor eximiu os grandes proprietários de terras, o governo provincial e o imperial dos seus conteúdos políticos, pelos quais esses setores da sociedade brasileira agiram sobre o cotidiano desse sertanejo cearense, tornando suas condições de vida sempre mais difíceis. O conceito de felicidade do cearense residia exatamente na inaceitação do desempenho de atividades laborais. Suas necessidades eram poucas e fáceis de suprir; como os ciganos, eles precisavam apenas de uma esposa companheira, um “horizonte sem limites”, longe da “monótona” e triste “vida civilizada”.

O cearense descendente de ciganos “conserva-se milionário de ilusões”, portanto, não tinha que se preocupar em constituir patrimônio. Também não necessitava de terra, nem de moradia fixa, pois “viajôr como o vento”, só precisava de um “meio de alimentar os seus cavallos, e lenha bastante para fazer fogo, ergue a sua tenda e passa os dias deitado de costas ou ventre, fumando o seu cachimbo tão tranquilamente como si nada lhe faltasse na terra”.⁸

Na obra de Bezerra de Menezes, o cearense foi isolado na construção idílica de um sertão que, em tempos de normalidade climática, atendia a todas as suas necessidades; de um sertão sem conflitos, sem desigualdade, sem exploração. Nesse sertão, a única vilã era a seca. E se o homem cearense não tinha condições de viver nessas terras é porque não conseguia usufruir as vantagens desse meio, não sabendo ou querendo aproveitar as oportunidades que lhe eram oferecidas.

A “provisoriedade” do migrante

Em seu trabalho sobre a imigração argelina, o sociólogo Abdelmalek Sayad cunhou uma importante categoria para o debate sobre a migração, a “provisoriedade”. Segundo Sayad, à medida que a imigração se distancia da definição “ideal”, é possível perceber os paradoxos que a constituem e “desvendar as ilusões” próprias desses movimentos. Suas considerações sobre essas “ilusões”, levaram-no a perceber que elas só produzem efeito porque são mantidas coletivamente por três “parceiros”: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e “os próprios emigrantes/imigrantes”.⁹

Essas “ilusões” a que se refere o autor são mantenedoras da ordem, da conformidade social. Não importa às sociedades de migração a real condição do migrante. Quando essas “ilusões” são postas em dúvida, graves conflitos podem ser estabelecidos dos dois lados, referentes aos indivíduos que migraram e à sociedade que os recebera.

No caso de Fortaleza, quando os imigrantes, chamados retirantes, começaram a se aglomerar em grandes números na capital, abalando a “ilusão” de uma estadia provisória, no primeiro momento mudaram-se as medidas de auxílio a essa população, cessando as esmolas e impondo trabalho em obras públicas. No segundo momento, quase concomitantemente ao projeto compulsório, uma outra medida foi tomada: a facilitação e o incentivo à emigração de cearenses retirantes das secas para fora da Província. Porém, essa medida gerou uma outra ordem de conflitos, pois atingiu o espaço de “ausência” desses emigrantes (neste caso, o interior da Província do Ceará), onde a “ilusão da ausência é igualmente provisória”. Nesse espaço, familiares e patrões alimentaram a “ilusão” do retorno, que em

alguns casos foi confirmada e em outros não. A emigração para fora da Província cearense tornava essa ilusão de retorno algo cada vez mais distante, menos convincente, gerando tensões e críticas a essa política de emigração.

Na cidade, receptáculo de imigrantes retirantes vindos das regiões interioranas, tudo o que estava ligado a eles teve caráter provisório. E os próprios retirantes tentaram se convencer de que a situação vivida em meio àquela sociedade que os hostilizava era também provisória.

Para harmonizar o convívio social entre imigrantes e a sociedade receptora, era preciso manter e administrar outra “ilusão”, sustentada pela anterior, “de que essa presença é totalmente justificável pela razão ou pelo álibi que se encontra em princípio e que é o trabalho ao qual ela está ou deve estar, logicamente, totalmente subordinada”.¹⁰ O imigrante, segundo Sayad, é encarado “essencialmente [como] uma força de trabalho provisória temporária, em trânsito”.¹¹

A bipolaridade das representações do migrante cearense

Grande parcela das obras escritas no século XIX, tratando da questão das secas, apresenta um elemento em comum: a vitimização do cearense, com extensas descrições de suas chagas físicas e psicológicas, centralizando o foco narrativo na fatalidade climática que atingia periodicamente a Província. No universo de escritos de cunho nacional, desse mesmo século, a figura do cearense surgia apenas quando a seca era oficialmente reconhecida nas regiões sertanejas. Em períodos normais, ou seja, fora dos períodos de seca, desconhecemos a produção de romances, crônicas, artigos de jornais que discorressem sobre as agruras da vida e do trabalho no sertão, sobre as longas caminhadas em busca de “jornadas” para o sustento da família, sobre a grande mortalidade das crianças recém-nascidas ou sobre os diversos matizes de violências que assolavam os sertões cearenses.

A análise do que foi registrado nessa época como uma história do Ceará ou dos sertanejos cearenses, seja ela oficial ou não, permite perceber imagens em estado plástico, produzidas nas mentes acadêmicas e leigas, que, através dos processos de memória, engendram uma fixidez moldural ao tema. Para perceber essa produção de sentidos, seria necessário pensar ou pedir que pensassem no termo “sertanejo”. Esse exercício resultaria no arrolamento de diversos termos que, através de associações, levar-nos-iam a pintar um quadro mental do sertão e da cultura sertaneja. Dentro de um senso comum, as palavras associadas nesse processo seriam: seca, fome, sede, sofrimento, morte, migração. Ou talvez: vaqueiro, boi, vaquejada, religiosidade, coragem, festa, farinha, carne-de-sol.

Nem todos pensariam nas mesmas palavras, talvez surgissem outras, relacionadas à forma individual com que cada memória guardou essas informações. O fundamental desse exercício de memória é que, em seu resultado, obteríamos várias palavras que fazem realmente parte da realidade do sertão cearense. Porém, em muitas memórias, estas seriam as únicas associações possíveis, levando, posteriormente, a um ponto final, um bloqueio, uma ausência de informações. Isto nos remete a um questionamento fundamental para a compreensão das análises que faremos a seguir: quais as matrizes dessas associações, por vezes reducionistas, resgatadas em nossas memórias? Como a matriz dicotômica – vítima *versus* herói –, representativa dos sertanejos cearenses, pode ser melhor compreendida?

Durante muito tempo os estudos brasileiros limitaram o homem do sertão, seja ele do Ceará ou de outras regiões que compõem o polígono das secas,¹² a duas representações fixas: a vítima da seca ou o heróico trabalhador. Elas conduziram os leitores a análises tão sazonais quanto a própria estiagem que atinge esse meio, oscilando entre a penalização e a exaltação da grande honra e argúcia dos sertanejos. Dessa forma, já não parece tão difícil compreender o universo bipolar de sensações que surgem em nossa mente, a partir de algumas descrições como as que apresentaremos adiante. Como e por que, posteriormente, essas descrições polarizadas ressurgem como representações concretas em nossas memórias constituem questão a ser enfrentada. Seguem dois trechos de significativas obras, que condensam as questões suscitadas:

Era um quadro sombrio uma caravana de retirantes. Verdadeiros esqueletos animados, com a pelle ennegrecida pelo pó das estradas e collada aos ossos, estendiam a mão descarnada pedindo a todos que encontravam. Fazia dó vel-os. O infeliz pae levava até o sacrificio sua dedicação carregando aos hombros dous, três e muitas vezes quatro filhos menores... A desventurada mulher, a desgraçada mãe de família superava a fragilidade do sexo, como heroína: além da trouxa de roupas, únicos despojos de cruel infortúnio, apertava o regaço uma e às vezes duas creanças, innocentes victimas da atroz calamidade.¹³

A alma do sertão modelou a alma do sertanejo. Sóbrio como todo o animal dos países agrestes, rude como as rochas despidas que o cercam, como os penhascos pontudos que rasgam o solo duro, perfilando-se entre o mato ressequido, é hospitaleiro como todo o homem primitivo e rotineiro por educação e por hereditariedade. Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a inteligência e a coragem que já lhe legara a raça, o cruzamento ancestral.¹⁴

Poderia ser arrolada uma centena de trechos como estes, dos mais diversos autores, nas mais diferentes épocas e locais, e em todos encontraríamos essa bipolaridade. “Pena” ou “orgulho”, em geral, são as sensações subtraídas à maioria dessas obras. Seu maior

problema reside no fato de ora vitimizarem, ora heroicizarem homens simples, mas que de maneira alguma estavam excluídos da complexidade do seu sistema social, posto que, almejando melhores condições, lutaram e forcejaram por sobreviver.

A vítima tende sempre a ser encarada como aquela que sucumbe a um desastre e carrega em si a idéia de um sujeito passivo, que sofre ação externa. O herói, em contrapartida, não é menos problemático. Ele se associa à concepção do extraordinário, homem ou mulher, que se destaca por seus feitos, seu valor, quiçá pela arte de suportar o inenarrável, de maneira estóica. O herói é retirado do extrato social a que pertence e elevado a um pedestal de deidade. E no contexto referido, final do século XIX, em meio a todo tipo de pressões, queremos crer que nem sempre o sertanejo cearense desejou essa posição de destaque.

A dura sensação, após sentirmos pena e orgulho por esses homens do sertão, é a de que pouco sabemos sobre eles, que nossas opiniões polarizadas pouco podem dizer sobre suas vidas, seus desejos e seus anseios. É preciso conhecê-los melhor. Essa é uma porta de entrada em seu universo de relações, estabelecidas e restabelecidas, do ponto de vista dos embates, ao nosso lado, num território cindido por linhas imaginárias que permitem a cômoda posição de distanciamento, desconhecimento, indiferença. Não é possível resgatar, recuperar ou muito menos reconstruir a realidade vivida, mas podemos destacar, através de determinadas perspectivas de análise, pontos de referência que nos permitam um conhecimento das relações sociais e dos protagonistas que fazem parte de uma realidade específica. Cremos que devemos partir de uma problematização e a partir dela volver nosso olhar inquirindo o passado.

Segundo argumentações de Beatriz Sarlo, analisando o filme *Shoah*, de Claude Lanzmann, o que se sabe pouco “tem a fragilidade de um discurso que pode ser esquecido”.¹⁵ Diante de inúmeras questões como o tempo, as ideologias, a política e o sentimento de culpa, podemos ser conduzidos à desmemorialização, à perda daquilo que pouco sabemos. Assim, cresce a possibilidade de que representações homogeneizantes e simplistas permaneçam. De que políticas e relações desiguais no passado se repitam na história presente. E ainda, que as estratégias de poder sejam novamente aplicadas sobre outros homens, em outros tempos. Estratégias que geraram exploração, sofrimento, e foram maquiadas ou desconsideradas por uma história oficial.

Para fugir a essa desmemorialização é preciso conhecer os sertanejos dentro e fora dos períodos de seca. Analisá-los durante as secas, com todas as mazelas e sofrimentos por eles enfrentados, sem intensificar o horror da lembrança, mas permitindo que muitos fatos e relações estabelecidos durante esses acontecimentos não sejam relegados ao esqueci-

mento. Analisá-los fora do período de seca, sem recorrer a uma atraente heroicização, observando suas atividades diárias em seu meio natural como momentos propícios para compreender suas tradições, seus costumes, entendendo suas relações e reações para além do momento de calamidade.

Imagens de retirantes: o reflexo de uma representação ou a representação de um reflexo?

A fome acompanhou incansavelmente cada homem e mulher que emigrou no Ceará. Na capital, essa fome não os abandonou. Ao chegarem a Fortaleza esses retirantes causaram espanto, não só por sua condição subhumana, mas pela insistência em se manterem vivos. Em seus pés e rostos estavam as marcas das jornadas que, com o tempo, gravaram linhas, denunciando uma peregrinação extenuante. Seus corpos pareciam inanimados, mas seus olhos contavam uma história que ninguém queria ouvir, por isso os cidadãos não suportavam olhá-los. Sua história envolvia a todos, cidadãos da urbe e do campo, comerciantes, padres, proprietários de terras, presidentes, intelectuais e o Império, mas ela nunca lhes foi perguntada, era quase inapropriado registrá-la.

No entanto, por intermédio de alguns literatos e intelectuais, como Rodolpho Theóphilo e José do Patrocínio, dentre outros, sua saga foi narrada. Mérito de homens que procuraram encarar o problema do sertanejo. Mas na história oficial, pautada em uma documentação marcada pelo crivo ideológico dos dominantes, esses migrantes foram registrados apenas como “indigentes”, “trabalhadores retirantes desvalidos”, uma massa amorfa e homogênea.

Na narrativa desses intelectuais e literatos, seus dramas, entretanto, ganharam verniz romantizado. A modernidade e a violência que dela decorreu fizeram com que olhos e ouvidos dos cidadãos da urbe dita civilizada se fechassem ante a existência desses sujeitos. Havia, nos textos compulsados em 1877, um certo ar de perplexidade dos que, diante da multidão de retirantes advinda de todos os cantos da Província, não conseguiam acreditar na existência daquelas pessoas.

Assim, esses sertanejos e suas histórias pareciam, aos coevos da Corte, personagens ficcionais. As descrições de Theóphilo, por mais profundas que tenham sido, não pareceram suficientes para fazer os homens de setores políticos de seu período terem sequer dimensão aproximada do flagelo vivido no Norte do Brasil. Patrocínio, utilizando um recurso mais moderno que o do farmacêutico-higienista, expôs ao Império brasileiro, em 1877, através do periódico *O Besouro*, do Rio de Janeiro, as imagens vivas da seca.

Essas fotografias, remetidas à Corte pelo jornalista José do Patrocínio, são mais do que imagens, no contexto da seca de 1877. Representaram o indizível, imagens da condensação de uma realidade torpe, negligenciada pelos altos governantes do país. A fome, agindo sobre os corpos, rompendo os laços com a vida, foi o motivo principal dessas fotografias. Sua função, no entanto, relacionava-se à coação dos governantes, em nível imperial, forçando-os a tomar uma atitude mais eficaz diante do problema. As fotos foram o recurso mais moderno, talvez o mais persuasivo, de que se valeu o jornalista José do Patrocínio para fazer sua denúncia.

No entanto, tais fotos guardam um referencial comum com os textos produzidos sobre os retirantes, durante a grande seca de 1877. Naquele momento, homens, mulheres e crianças “flagelados” e “moribundos” foram encerrados numa representação que tomou corpo e se perpetuou na história. Essa representação manietou os retirantes num referencial unicamente centrado no viés da vitimização. Assim, os sertanejos passaram a ser os “desvalidos”, os “inválidos”, os “pobres”, os “miseráveis”, os “excluídos”, os “marginais”. Mas, para perceber outras marcas deixadas por esses sujeitos “ordinários”, foi preciso invadir os mais inusitados lugares, em espaços construídos por grupos dominantes. Ao escorregar os dedos sobre os documentos desgastados, foi preciso sentir a leve presença dos retirantes, pois nesses indícios, que falam ignorando e negando suas atitudes políticas, suas resistências, é que se pode encontrar a história desses sertanejos errantes, empurrados para fronteiras entre vida e morte.

Seu lugar não foi o da exclusão ou da marginalidade, mas do confronto. Um confronto armado, em alguns momentos, com gritos e fúrias, em muitos outros com silêncios e sutilezas sempre incessantes. Em período marcado pelo trabalho escravo, esse homem pobre e livre buscou, através da exigência de remuneração para o seu trabalho, demarcar, seja no campo ou na cidade, o seu lugar na sociedade do século XIX. Esses trabalhadores pobres e livres conviveram e defrontaram-se com as adversidades de um período de desarticulação do sistema escravista, aproveitando-se de pequenas oportunidades criadas pelo próprio sistema.

As acusações de ministros do Império, presidentes e proprietários de terras, com relação ao trabalhador nacional, que classificavam de moroso, indolente, preguiçoso e inconstante, revelam a rebeldia desses homens e mulheres, que encontraram nesse período de “crise de mão-de-obra” possibilidades de se contraporem às tentativas de coerção e imposição de relações de trabalho expropriadoras. Foi nesse contexto específico que a

migração, o deslocamento interno e externo, caracterizou-se como uma das saídas encontradas por esses homens livres para melhor negociarem suas condições de vida e de trabalho. A mobilidade era uma arma poderosa de resistência do trabalhador cearense.

Recebido em setembro/2003; aprovado em setembro/2003

Notas

* Este artigo compõe-se de reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com o título *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*.

** Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

² GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. 2 ed., Fortaleza, Editora do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, 1962.

³ *Ibidem*, pp. 99-101.

⁴ Neste sentido, ver FUNES, Eurípedes Antônio. "Negros no Ceará". In: SOUSA, Simone de. (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2000, pp. 103-132.

⁵ O Direito do Povo. *O retirante*. Fortaleza, 1º de julho de 1877.

⁶ MENEZES, Antonio Bezerra de. *O Ceará e os cearenses*. Fac-símile da edição publicada em 1906. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 2001. In: Nota Prévia, p. V.

⁷ *Ibidem*, pp. 13-15.

⁸ *Ibidem*. pp. 11-12

⁹ SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Prefácio de Pierre Bourdieu. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo, Edusp, 1998.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, p. 54.

¹² Em 1951, através da lei nº 1.348, o governo federal delimitou a chamada área do "Polígono das Secas", com uma dimensão de 950 mil km², o que equivale a mais da metade do território da região Nordeste. Essa área se estende desde o Piauí até a porção norte de Minas Gerais, onde abrange 43 municípios.

¹³ THEÓPHILO, Rodolpho. *História da secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, pp. 97-98.

¹⁴ BARROSO, Gustavo. *Terra de sol: natureza e costumes do Norte*. 6 ed. (comemorativa do cinquentenário). Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 134.

¹⁵ SARLO, Beatriz. "A história contra o esquecimento". In: *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução de Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo, Edusp, (Ensaio Latino-

americanos, 2). 1997, pp. 35-42. Sobre o filme, esclarece Sarlo: “Claude Lanzmann, no filme *Shoah* (...). Deixou que as testemunhas e os restos falassem, durante dez horas, para captar algo que, por sua natureza, é avesso à compreensão: o holocausto durante o regime nazista. (...) A estratégia de Lanzmann parte da seguinte idéia: que os restos materiais dos campos de concentração, se devidamente interrogados pela câmera, podem proporcionar um sentido. Ele insiste em registrar e repetir a imagem dos trilhos que conduziam os condenados até Treblinka e as estradas lamacentas de Chelmno, as esplanadas onde se descarregava o conteúdo humano dos vagões, as chaminés dos crematórios, os batentes e as portas dos muros, hoje inexistentes, que cercavam os campos, algumas pedras que foram pisadas pelos condenados em seu caminho rumo à câmara de gás”. *Ibidem*, pp. 35-36. O filme foi dirigido por Claude Lanzmann, e levou cinco anos para ser filmado e editado, até a sua conclusão em 1985.